

Ecumenismo

V.J. Berkenbrock

Introdução

“Para que todos sejam um”, “para que haja um só rebanho e um só pastor”, “e nisto vos conhecerão: se vos amardes uns aos outros”: são expressões do Evangelho que nos interrogam profundamente quando vemos a situação atual dos cristãos. Quase nada nos parece mais distante destas afirmações do Evangelho do que a relação entre cristãos. Ao invés de unidade, há ali profundas divisões, tanto entre instituições, como entre pessoas; há muitos pastores e muitos rebanhos; há um espírito de concorrência, um espírito defensivo e ofensivo diante do *outro* cristão, há malquerença, maledicência e ódio, há inimizade e perseguição mútua. Para alguém que pega por um lado o Evangelho e observa por outro lado a situação de

divisão na qual vivem os discípulos de Jesus Cristo, não há outra palavra para caracterizar a situação senão a de *escândalo*. Do ponto de vista do Evangelho é simplesmente um escândalo a realidade de desunião entre fiéis cristãos de diversas confissões e instituições eclesiais distintas. Mesmo havendo motivos históricos, causas importantes, possibilidade da pluralidade de instituições, etc., não há motivo nenhum que justifique a situação de divisão e diante do Evangelho de Jesus Cristo, a discórdia é simplesmente um desserviço claro àquilo que se professa crer e viver.

A vontade expressa de se reverter esta situação e de apagar esta vergonhosa divisão cristã pode ser resumida em uma palavra: ecumenismo. Apesar de ser evidente a necessidade de unidade, o ecumenismo é uma ideia e um esforço ainda muito novo dentro do cristianismo. Vamos tentar seguir seus primeiros passos e ver alguns pontos básicos para compreender de que se trata.

Capítulo 1 – Ecumenismo: a palavra, sua história e implicações

O termo Ecumenismo mudou completamente seu significado ao longo da história. Nascido fora do cristianismo (no mundo grego) e tendo recebido no império romano uma conotação político-jurídica, entra para o cristianismo numa acepção peculiar. Durante séculos (quase dois milênios) conservou este significado. Nos últimos pouco mais de 100 anos, toma, porém um significado específico e é deste que vamos tratar neste texto: o ecumenismo como a busca da unidade entre os cristãos.

1.1 Ecumenismo: breve histórico de uma palavra

Quando se pergunta pela origem da palavra Ecumenismo, não temos uma resposta muito clara. Na origem desta palavra (de língua grega) não está um significado único. Várias palavras estão relacionadas à origem da palavra *oikoumene*, como por exemplo *oikos* (casa, moradia, vivenda, aposento, povo),

oikeiotês

(relação, aparentado, amizade),

oikeiow

(habitar, morar, coabitar, estar familiarizado, reconciliar-se),

oikonomeô

(administração, encargo, responsabilidade da casa) e

oikoumene

(terra habitada, mundo civilizado e conhecido, universo)

[1]

. Há outros que relacionam ainda a palavra

oikoumene

ao verbo

oikodomeo

, “um verbo que designa a ação de construção da

oikia

(espaço onde se desenvolve a vida familiar, comunitária) para ali se ter a casa (

oikos

)”.

[2]

A palavra tem, pois em seu significado original algo a ver tanto com moradia no sentido de casa (individual) como também de moradia no sentido do mundo civilizado, do mundo habitável, lugar de moradia, lugar onde a pessoa *se sente em casa* (no sentido cultural). Portanto uma conotação tanto individual, como também coletiva. No mundo grego, o conceito tinha uma certa conotação cultural: o mundo conhecido (e por isso habitável) era o mundo que pertencia à cultura helênica. Alexandre Magno (sec. IV a.c.c.) havia expandido consideravelmente a

oikou

mene

grega, levando-a até a Índia. Neste sentido, o conceito

cultural

ganha também um certo significado geopolítico.

Dentro do império romano, este mundo habitável, mundo civilizado era entendido quase que como sendo co-extensivo com o próprio império (fora do império não havia civilização, mas sim barbárie!). A conotação aqui era mais jurídico-política que cultural: pertencia à *oikoumene* quem estava sob o poder romano

[3]

O termo *oikoumene* tem então em sua origem na língua grega três acepções: a acepção *geográfica*, de um determinado território habitável, bem como de um lugar concreto onde se habita (a casa); a acepção *cultural*, de pessoas que fazem parte da mesma cultura helênica; e a acepção *jurídico-política*, significando aqueles que pertencem ao domínio romano (que estão sob seu domínio e sobre os quais o império tem seus direitos). Todas estas acepções têm, no entanto a ideia de moradia (espaço habitado) como pano de fundo. E é nestes sentidos diversos que a palavra vai ser acolhida pelo cristianismo.

No Novo Testamento a palavra ocorre quinze vezes e é utilizada tanto no sentido geográfico, como no cultural e no jurídico. Por exemplo: uso no sentido de (a) espaço geográfico e cultural (“Um deles, de nome Ágabo, pôs-se a anunciar pelo Espírito uma grande fome por toda a *terra*”: At 11,28; “Por toda a *terra* se espalhou a sua voz, e até os confins do mundo a sua palavra”: Rm 10,18; “Não foi tampouco aos anjos que Deus submeteu o *mundo* vindouro de que falamos”: Hb 2,5; “Este Evangelho do Reino será pregado pelo *mundo* inteiro como testemunho a todas as nações”: Mt 24,14); como também no sentido de (b) império romano (“Naqueles dias saiu um decreto de César Augusto ordenando o recenseamento de toda a *terra*”: Lc 2,1). A palavra é usada, pois no Novo Testamento tanto na conotação de *mundo civilizado* ou *mundo conhecido/habitado*, em conotação geográfico-cultural, como também significando, em conotação jurídica, o

Império Romano.

Nestes mesmos sentidos também o usam os padres da Igreja. Assim, num escrito do século II (Martírio de Policarpo) se fala em “Igreja católica espalhada pela oikoumene” [4]. Por extensão, o termo começa a ser usado para significar também toda a Igreja, espalhada pelo mundo. Quem por primeiro vai usar esta acepção parece ser Orígenes, ao entender a Igreja como uma espécie de novo mundo ou nova humanidade: “De fato, a Igreja representa um mundo novo, uma nova humanidade unificada, já não por um princípio cultural ou jurídico, mas pela fé e pela presença de seu Senhor, o Cristo”

[5]

Um sentido específico assume a palavra no mundo cristão, quando o Concílio de Constantinopla (381) chama o Concílio de Niceia (realizado em 325) de concílio *ecumênico*, no sentido de válido para toda a Igreja Católica. E este é o sentido que passa a ser utilizado na Igreja:

oikoumene

é utilizado para designar algo relacionado ou válido para a Igreja Universal, para toda a Igreja. Assim, diz Navarro Bosh, “a partir desse momento, o termo ‘ecumênico’ designará as doutrinas e os usos eclesiais que são aceitos como norma de autoridade e dotados de validade universal em

toda a Igreja Católica

”

[6]

. Na tradição eclesiástica católica, os concílios passaram a ter desde então este adjetivo *ecumênico*

, no sentido de sua abrangência para o todo (da Igreja). Há, porém uma diferença entre a tradição romana e a tradição ortodoxa de nomear um concílio de

ecumênico

. Para a tradição romana, um concílio é ecumênico quando representa toda a Igreja e suas decisões são confirmadas pelo bispo de Roma. Para a tradição ortodoxa, um concílio é ecumênico quando suas decisões tiverem sido aceitas por toda a Igreja. Neste modo de compreensão, há para a tradição ortodoxa, apenas oito concílios ecumênicos, pois neles está exposta a doutrina aceita tanto pelo oriente como pelo ocidente. Ou seja, os concílios realizados após o cisma entre oriente e ocidente (séc. XI) não podem mais ser chamados – na compreensão ortodoxa – de

ecumênicos

pois não mais abrangem a totalidade.

Com a decadência e queda do império romano, a palavra vai deixando de ter sua conotação

política ligada ao império e passa a ser ligada cada vez mais ao sentido eclesial: passando a significar *toda a Igreja*. *Ecumênico* é algo que diz respeito a toda a Igreja. Assim, em sentido figurado, Basílio Magno, Gregório Nazianzeno e João Crisóstomo são às vezes chamados de *doutores ecumênicos*

, ou seja, doutores, cujo alcance estende-se por toda a Igreja e as Igrejas onde estas pessoas atuaram foram chamadas por vezes

sedes ecumênicas

.

Em sentido parecido passou a ser usada a palavra *ecumênico* quando este adjetivo foi acrescido aos credos. Assim foram chamados de *credos ecumênicos*

o Credo dos Apóstolos, o Credo Niceno-constantinopolitano e o Credo de Santo Atanásio, fórmula esta que por muitos séculos foi utilizada oficialmente na liturgia.

A história do sentido da palavra *ecumenismo* muda, porém, completamente no século XIX. Quando da fundação da Aliança Evangélica em 1846 (Londres) – aliança esta que tem a finalidade de preparar um “concílio ecumênico evangélico universal” – usa-se a expressão *espírito ecumênico*

para designar um espírito de unidade. O pastor francês Adolphe Monod, no encerramento do encontro, agradeceu aos organizadores britânicos o “fervor e a piedade”, bem como o “espírito verdadeiramente ecumênico”. Henry Dunant, fundador da Cruz Vermelha e um dos iniciadores da Associação Cristã de Moços – que também é uma organização importante para a história do ecumenismo – quer que sua associação seja

ecumênica

, para “propagar aquele espírito ecumênico que transcende a nacionalidade e a língua, as denominações e as questões eclesiásticas, a classe e a profissão”

[7]

.

Com isso, *ecumênico* ganha uma outra conotação: a de uma atitude. Ainda na história do significado da palavra, quem a coloca em outra perspectiva é o arcebispo luterano de Uppsala (Suécia) Nathan Söderblom durante a I Guerra Mundial, quando sugere uma reunião internacional das Igrejas para promover a paz. É ele que lança a ideia de um “conselho ecumênico de Igrejas”. A reunião não se realiza, mas a partir daí a palavra ecumenismo adquire um significado diferente: “a relação amistosa entre Igrejas com a finalidade de promover a paz internacional, de abordar a união de várias Igrejas ou inclusive de gerar o espírito de aproximação entre cristãos de diversas confissões” [8]. Este

significado da palavra

ecumenismo

foi o que se impôs e as conferências evangélicas de Oxford (1937) e de Amsterdã (1948) já subentendem e usam o termo ecumenismo como específico para significar o propósito de comunhão e unidade entre os fiéis cristãos de todas as confissões. E neste sentido é que a palavra ecumenismo é hoje entendida.

Há aqui que se fazer uma distinção entre ecumenismo e diálogo inter-religioso. Muitas vezes estas palavras são confundidas, confusão esta muito difundida pelos meios de comunicação, onde qualquer atividade que envolva pessoas com diversidade religiosa é chamada automática e indistintamente de “ato ecumênico” ou “celebração ecumênica”. O termo ecumenismo tem uma longa história dentro do cristianismo e designa todas as ações que envolvem cristãos de diferentes confissões. Ou seja, quando se fala em ecumenismo, se está fazendo referência a membros de uma mesma religião – no caso a religião dos que creem em Jesus Cristo, o Cristianismo – que se distinguem entre si por terem interpretações e organizações diferentes, mas sua base de fé é comum: a fé em Jesus Cristo. Quando, porém, se reúnem cristãos com budistas, confucionistas ou muçulmanos, esta atividade deve ser classificada como inter-religiosa e não ecumênica, dado que estas tradições religiosas não estão unidas sobre uma base comum de fé ou doutrina.

1.2 Por uma definição do ecumenismo

Parece, pois, à primeira vista, que o sentido da palavra é unívoco. Isto é um equívoco. Aí, no entanto, é que começa o problema: como entender a unidade entre as Igrejas? Unidade ou comunhão em relação a quê? Uma só instituição ou várias instituições que se respeitam mutuamente como boas vizinhas, mas que não tem nada em comum?

Se, porém, a palavra não tem um significado único, para buscar entendê-la talvez possa ser útil perceber a partir da experiência cristã algumas ideias significativas relacionadas com conceito atual de ecumenismo. Assim podemos dizer que ao conceito ecumenismo ligamos muitas ideias e experiências:

- *Movimento* (ideias, reuniões, ações) que visa preparar a reunião dos cristãos. É fortemente ligada a ecumenismo a ideia de que se trata de um movimento. Usa-se inclusive muitas vezes a expressão *movimento ecumênico*. A isto está ligada a experiência de que o ecumenismo se dá como *movimento*: pessoas e ações que se movimentam nesta direção e o próprio movimento é que as unifica;

- *Reconhecimento mútuo* da legitimidade dos diversos grupos eclesiásticos. Outra ideia fortemente ligada ao ecumenismo é a de que pelo ecumenismo as diversas igrejas e confissões se reconhecem mutuamente, reconhecem que todas são legitimamente cristãs. Este reconhecimento – aparentemente óbvio – é na verdade um dos grandes passos ou uma grande conquista do ecumenismo;

- Esforço por uma *vivência cristã* (plena e pura). Outra ideia ligada ao ecumenismo é a da vivência cristã, ou seja, a intuição de que o centro da busca ecumênica é a vivência cristã. Nesta compreensão está a ideia de que ecumenismo acha-se ligado ao que comumente se chama de espiritualidade;

- Movimento *impulsionado pelo Espírito Santo* que pretende restabelecer a unidade entre os cristãos para que o mundo se converta ao Evangelho. Esta ideia de que o ecumenismo tem como impulsionador o Espírito Santo está presente inclusive no documento *Unitatis redintegratio* (o documento do concílio Vaticano II sobre o ecumenismo) e tem por base a compreensão de que o ecumenismo é uma inspiração, um impulso do próprio Deus;

- *Atitude de mente e coração* diante dos irmãos cristãos de outras confissões eclesiais que se caracteriza por respeito, compreensão e esperança. Assim nasceu a compreensão moderna de ecumenismo: entendendo-o como atitude, ou seja, postura, comportamento, modo de ser e agir. Aqui está a experiência/ideia de que o ecumenismo deve impregnar um determinado modo de ser de cada cristão (o modo amoroso) em sua relação com os irmãos de outras igrejas;

- Movimento de *pensamento e ação* com o objetivo de reunir os cristãos. Outra ideia muito forte presente no ecumenismo é a de que seu objetivo é reunir os cristãos. Ele é um movimento de reunião, de comunhão. Se esta é uma ideia forte, ela é também ao mesmo

tempo uma ideia que tem causado um certo embaraço ao movimento ecumênico por não ser claro o que se entende por união e por levantar suspeita, muitas vezes, de que o movimento ecumênico teria por objetivo a busca de uma unidade institucional, ou seja, de unificar todos os cristãos em torno de uma única igreja institucional;

- O movimento ecumênico *não é o lugar de procurar quem tem razão*, mas de enriquecimento mútuo no testemunho do Evangelho. Outra ideia/experiência que foi surgindo e amadurecendo no seio do ecumenismo é a de que não é objetivo deste buscar o certo e o errado em termos de igreja, mas sim buscar o que a todos une: a mensagem de Jesus Cristo, a boa-nova, o Evangelho;

- Movimento pelo *testemunho conjunto do Evangelho*. Esta é uma outra ideia central no que tange o movimento ecumênico: o que os cristãos devem expressar, testemunhar em primeiro lugar é o evangelho. A expressão *ser testemunha*

é chave para o início da auto-consciência cristã. Os cristãos se entendiam inicialmente como *testemunhas*

. Quando inclusive da escolha do sucessor de Judas na comunidade dos doze apóstolos, fica clara a consciência da necessidade de testemunhar: “Convém, pois, que destes homens que têm estado em nossa companhia todo o tempo em que o Senhor Jesus viveu conosco, a começar do batismo de João até o dia em que foi elevado ao alto, um deles seja testemunha conosco de sua ressurreição” (At 1,21-22). Ser testemunha é pois parte da identidade cristã. E justamente o

testemunho comum

, como veremos adiante, foi uma expressão que caracterizou o início do movimento ecumênico;

- Movimento *surgido no meio evangélico*, mas que se espalhou entre todos os que invocam o nome de Jesus Cristo, para invocá-lo não apenas separadamente, mas também em conjunto. A história do movimento ecumênico está ligada fortemente às igrejas evangélicas. Só décadas mais tarde ela passou a ser assumida também pelo catolicismo (no concílio Vaticano II). É importante recuperar esta ideia para não incorrerem num certo equívoco que tem ocorrido, de pensar que ecumenismo se refere à busca de unidade entre católicos e evangélicos;

- *Conjunto de atividades e empreendimentos* que se destinam a favorecer a unidade dos cristãos. É muito difícil poder dizer o ecumenismo

é isto

ou

é aquilo

. É justamente mais adequado dizer que se trata de um conjunto de atividades e empreendimentos.

Nestas ideias sobre o ecumenismo, três conceitos são evidentes: Originalidade, atitude e desejo de diálogo, espiritualidade.

1º - Originalidade: O ecumenismo é uma experiência nova dentro do cristianismo e que se contrapõe à história secular de divisões e seus motivos. Por ser novo, não tem ainda uma definição muito clara. É uma inspiração. Por isso o movimento ecumênico tem em si algo de utópico, de desejo a ser construído. E, em sendo algo tão novo e original, não se pode dizer onde vai dar este movimento.

2º - Atitude e desejo de diálogo: Mesmo havendo várias conotações, o ecumenismo tem sempre como pano de fundo o desejo do diálogo. A atitude que caracterizou historicamente o relacionamento entre as Igrejas é o monólogo: cada um condenava o outro e se auto-afirmava. A história das “falas sobre o outro” em termos de diferentes Igrejas é uma história da condenação do outro. Nós mesmos, em nossa socialização, crescemos com uma atitude contrária ao outro. Esta atitude de contraposição está arraigada em nosso modo de pensar e sentir. Reverter esta situação é um processo longo. Não se pode superar de uma hora para a outra esta atitude cultivada durante séculos. Por isso, para o movimento ecumênico é muito importante pensar em mudança de atitude. É necessário cultivar o desejo de uma mudança cultural. Há pois um forte componente do desejo, da vontade empenhada.

3º - Espiritualidade: A superação das divisões não é obra do voluntarismo humano e - vendo as dificuldades que ela envolve - só será possível pela ação do Espírito de Deus. O entusiasmo inicial com o movimento ecumênico arrefeceu com o tempo. Com isso fica claro que a superação da divisão não é apenas uma questão jurídico-institucional (acordos de reconhecimento mútuo, de reconhecimento de sacramentos...), mas uma união na forma de vida. O ecumenismo não pode ser visto como uma questão técnico-ecclesial, mas, sobretudo espiritual. Ecumenismo como prece: a semana de oração pela unidade dos cristãos mostra isso com clareza. Reza-se para que haja unidade: a unidade é objeto de prece, de súplica.

A partir da sociologia religiosa: Para se pensar o ecumenismo não se pode ficar apenas com seu aspecto religioso-espiritual. Poderia haver aí o perigo do voluntarismo religioso. Uma análise sócio-religiosa ajuda bastante a compreensão do problema. Deste ponto de vista, o ecumenismo poderia ser classificado em suas vertentes:

a) O ecumenismo como movimento religioso-social. O ecumenismo não nasceu de cima, mas de pessoas (indivíduos) que empunharam esta bandeira e contagiaram pessoas com esta ideia. É um movimento de compreensão mútua, de afinidade, de apelo pela paz (sobretudo na Europa antes das duas guerras mundiais). A ascensão do papel do indivíduo na sociedade deu a ele a possibilidade de relativizar as diferenças confessionais (institucionais). Este ecumenismo foi movido em grande parte - como movimento social - por iniciativas pessoais e impulsionado pelo espírito do tempo, que era o espírito do diálogo. Por isso mesmo ele está chegando ao fim como movimento social. Hoje há um outro espírito do tempo que em muito dificulta o movimento ecumênico, que é a ideia da legitimidade da pluralidade, da escolha, da multiplicidade de igrejas. A existência de muitas igrejas, o surgimento de novas igrejas não é visto e nem sentido como divisão, mas como multiplicidade, como pluralidade. Há, pois que se considerar hoje o movimento ecumênico dentro de um outro momento social e isto implica em ideias diferentes das de seu início.

b) O ecumenismo como tarefa institucional. O ecumenismo se organizou e deixou de ser tarefa de iniciativas e influências pessoais para se tornar tarefa de instituições, seja em forma de departamentos dentro das confissões existentes, seja através de instituições para este fim. Não são mais as pessoas (na base) que sentem e fazem o ecumenismo, mas instâncias apropriadas que conduzem o diálogo e de forma representativa (teólogos, especialistas...). Com isso há uma afirmação e reforço da identidade de quem participa no diálogo, pois o representante de determinada instituição precisa defender a identidade de quem ele é representante. Com o surgimento de muitas novas comunidades ou Igrejas, fica cada vez mais acirrado este aspecto de manter a identidade (volta à segurança). Este desenvolvimento do ecumenismo o fez mais eclesial, isto é, levou com que ele se restringisse à esfera eclesial, contrariamente ao movimento social, que implicava em questões sociais. Este ecumenismo “está se centrando em diálogos teológicos e doutrinários, dirigidos sempre a partir do topo das hierarquias eclesiásticas” [9]. Os sociólogos falam aqui de *ecumenismo diplomático*.

1.3 Diversidade de ecumenismos

Por mais acertada que seja a análise sociológica do desenvolvimento do ecumenismo, ela não capta o fenômeno como um todo. Por isso talvez ajude entender a amplidão do ecumenismo, se falássemos em diversos tipos de ecumenismo. Sigo aqui J. Bosch Navarro, que vai falar em quatro tipos de ecumenismos [\[10\]](#) :

a) Ecumenismo institucional

As pessoas que iniciaram o ecumenismo como movimento social, não se desligaram das instituições às quais pertenciam e aos poucos as ideias ecumênicas foram levadas para dentro da instituição eclesial, lugar onde estas pessoas viviam sua fé em comunidade. Por isso, não há como desligar o ecumenismo de seu aspecto institucional. A instituição acabou acolhendo também a proposta ecumênica e assumindo como tarefa sua. E isto é algo sem dúvida importante. O ecumenismo precisa contar com um suporte institucional, um certo grau de organização. E historicamente foi isto que aconteceu. Em dado momento do movimento ecumênico, ele foi assumido pela instituição e ocorreu uma institucionalização do movimento ecumênico. A tarefa ecumênica passou a ser assumida e organizada a partir da instituição. Esta mudança não foi, no entanto, sem consequências para o movimento ecumênico. O ecumenismo que se desenvolve para a instância (e tarefa) institucional faz surgir dois aspectos, especialmente no meio católico: o primeiro aspecto é o surgimento de um *ecumenismo oficial*

(a posição e política da instituição como um todo no que diz respeito ao diálogo). A instituição assume como sua a tarefa ecumênica, e com isto a disciplina e legitima os seus interlocutores (inclusive através de departamento para este fim: secretariados para o ecumenismo). Estes interlocutores funcionam como uma espécie de ministros das relações exteriores da instituição que representam frente às outras. Neste nível não mais conta a posição pessoal do interlocutor, mas a posição da instituição da qual ele é representante (e defensor, de certa forma). Outro aspecto é o

ecumenismo doutrinal

: Diálogo onde o objeto são as diferenças doutrinárias existentes entre as diversas confissões eclesiais. Do ponto de vista da hierarquia eclesial, as diferenças doutrinárias são o principal empecilho ao ecumenismo.

O desenvolvimento histórico do movimento ecumênico que levou as instituições a assumirem como tarefa sua esta causa significou um grande avanço, em diversos aspectos: o ecumenismo não mais passou a ser visto como algo marginal à instituição Igreja, o ecumenismo passou a contar com uma estrutura de apoio, passou a ganhar uma agenda de trabalho (temas a serem discutidos, instâncias envolvidas...). Por outro lado, não há de se deixar de notar que este avanço trouxe igualmente alguns aspectos que significaram um enrijecimento no diálogo ecumênico, como por exemplo: as discussões nestas instâncias oficiais para o ecumenismo passa a ter um forte caráter de defesa da identidade da instituição,

cada instituição envolvida no processo está preocupada em marcar a sua posição no diálogo, as pessoas envolvidas não estão ali a falar em nome próprio, mas da instituição que representam e com isso o caráter institucional passa a ter um peso maior que o pessoal (de fiel).

b) Ecumenismo espiritual

Sem desprezar a importância do ecumenismo institucional, há o ecumenismo que não se preocupa com a questão institucional, mas sim com o ecumenismo espiritual: de espiritualidade cristã compartilhada por todos. A oração compartilhada ultrapassa a diferença institucional/doutrinária e pode ser o veículo onde a unidade seja experienciada. O próprio Vaticano II afirma que “a conversão de coração e santidade de vida, juntamente com as orações particulares e públicas pela unidade dos cristãos, devem ser consideradas a alma de todo o movimento ecumênico, e com razão pode ser denominado ecumenismo espiritual” (UR 8). Este ecumenismo espiritual tem uma tradição mais longa que o ecumenismo institucional. Foi justamente a partir do ecumenismo como movimento espiritual que se desenvolveu o ecumenismo institucional. “O movimento ecumênico é um processo espiritual no sentido de que a espiritualidade é um elemento essencial, mais do que um horizonte ou dimensão, da unidade” [11]. Mesmo em âmbito institucional se pretende que a espiritualidade guie o ecumenismo, como afirma a CNBB: “Estamos convencidos de que o ecumenismo, antes de servir de estratégias, tem que ser um tipo de espiritualidade. Não se trata de fazer coisas, trata-se de criar sentimentos, modos de ver a vida, atitudes de base... Por causa desta espiritualidade, ser ecumênico vai além dos objetivos que temos” [12]. O que chamamos aqui de ecumenismo espiritual envolve a expressão usada pela CNBB de *criar sentimentos*

. Ou seja, ecumenismo como algo que brota do sentimento religioso dos cristãos uns para com os outros. “Sentir-se ecumênico”: esta é a base do ecumenismo espiritual. E quando ocorre este sentimento, ele é algo pessoal, a nível de fé e não a nível de instituição. Não que tenhamos que contrapor o sentimento pessoal com o institucional, mas estamos falando de coisas claramente diferentes quando distinguimos o ecumenismo institucional do espiritual.

c) Ecumenismo local

Um outro tipo de ecumenismo é o que se poderia chamar de *ecumenismo local* (também caracterizado às vezes como ecumenismo de base). Este é o ecumenismo que acontece nas bases, isto é, nas paróquias, nos movimentos, nos grupos. Há neste tipo de ecumenismo tanto aspectos do ecumenismo institucional (são pessoas de instituições e agem muitas vezes de forma representativa), como do ecumenismo espiritual (pois é a espiritualidade o motor desta

forma de ecumenismo). Este tipo de ecumenismo se caracteriza pelo fato de deixar claro que ecumenismo não é competência e tarefa de especialistas, mas de todos os cristãos que o vivem. O próprio Concílio Vaticano II afirmou que “o empenho no sentido de restabelecer a união cabe a toda a Igreja, tanto aos fiéis como aos pastores” (UR 5). E o Conselho Mundial de Igrejas afirmou em sua assembleia de Canberra: “O ecumenismo é uma realidade vivida na base, onde o povo vive e luta junto”

[13]

. Neste nível da base, o ecumenismo pode ter tanto um caráter de oficialidade (grupo representante de uma determinada comunidade), como da informalidade (grupos ecumênicos de estudo bíblico, grupos mistos de preparação de eventos...). Este ecumenismo de base tem um caráter de audácia, de

imprudência

e de espontaneidade que tanto bem faz ao ecumenismo.

d) *Ecumenismo secular*

O ecumenismo conheceu duas fases, sobre as quais já foi relatado acima: a fase de movimento espontâneo e a fase institucional. Esta chegou a um beco sem saída, pelo fato de as instituições tomarem o lugar ecumênico como o lugar de defesa da identidade e da *relação exterior*

com as outras confissões. Após a crise deste ecumenismo a nível institucional, surge um terceiro tipo de ecumenismo, denominado de

ecumenismo secular

. O ponto central deste ecumenismo não é a tentativa de unidade institucional, mas o esforço de unidade da humanidade. É o ecumenismo que acontece na promoção humana, na luta pela justiça, pela libertação, etc. A motivação para o trabalho pode vir (e vem) da fé, mas o objetivo ultrapassa a instância religioso-eclesial. Ele é feito em favor de uma causa que ultrapassa o âmbito da fé, podendo ser uma causa humanitária, ecológica, etc., e por isso o chamamos aqui de ecumenismo secular: sua atuação acontece no âmbito do mundo (do século) e não no âmbito eclesial. A partir da fé ou a partir da instituição eclesial, cristãos de diversos grupos engajam-se em causas do mundo. Por envolver cristãos de diversos segmentos, se pode classificar estas ações como ecumênicas.

1.4 Busca de novos paradigmas para o Ecumenismo

Perceber a urgência de unidade a partir do Evangelho é, porém apenas um primeiro passo *Ecumênico*

. Na verdade, após se perceber urgência de unidade, é que começa realmente a questão mais difícil: O que se entende quando se fala unidade? Que tipo de unidade se pretende conseguir? Como bem diz J. Bosch Navarro: “Na unidade se encontra o núcleo do problema ecumênico”.

Certamente o melhor ponto de partida para se falar em unidade, é destacar e chamar à mente qual é o ponto que indiscutivelmente é comum e único: Jesus Cristo. A unidade se dá, pois, em primeira linha em torno do fato de todos serem discípulos de Jesus Cristo. Partindo deste pressuposto, temos que admitir que todos os cristãos têm como base algo que já é comum e não algo que é diferente. Na base está, pois a unidade e não a diversidade. Esta consciência faz com que todas as Igrejas cristãs, com maior ou menor consciência estejam envolvidas no ecumenismo - de uma forma ou de outra, com compreensões diferentes, mas envolvidas ecumenicamente.

Se este primeiro ponto é um grande facilitador do ecumenismo, um segundo importante a ser considerado vem refrear o primeiro: Todas as Igrejas têm uma identidade própria (se identificam com uma tradição, um rito, uma forma de organização) e - como é sabido - há uma tendência natural de se conservar a identidade. Este espírito *preservador da identidade*, que é importante, torna-se um ponto de dificuldade no ecumenismo. Há, pois dentro do ecumenismo uma tensão entre duas fidelidades: a fidelidade a Jesus Cristo (“que todos sejam um”), que é uma força que impulsiona os cristãos e suas instituições na direção da unidade, e a fidelidade à própria identidade confessional, que é o lugar onde Jesus Cristo é vivido, força que distancia na prática dos cristãos uns dos outros.

Mas o cristianismo não é vivido em um mundo à parte, somente entre cristãos. Os cristãos, suas instituições e tradições estão dentro de algo maior, de sociedades mais amplas e são influenciadas por dinâmicas culturais que num primeiro momento são alheias às relações intra-cristãs, mas que por outro lado as influenciam fortemente. Observando o movimento ecumênico como um fenômeno cultural, ele nasce e se situa dentro do mundo cristão e neste dentro do que muito imprecisamente se chama de mundo ocidental. Neste contexto cultural não é sem importância o momento histórico em que nasce e cresce a ideia ecumênica: o chamado projeto da modernidade. Esta é marcada – entre outros elementos – por um grande esforço de unificação do mundo: criação de padrões comuns, esforço por linguagens unificadas, proposições de critérios para definir compreensões comuns de uma série de elementos (a chamada cientificidade), a racionalidade como elemento comum de busca e aferição da verdade, etc. Outro elemento à esteira do fenômeno da modernidade é a globalização ou mundialização: os povos e países passaram a se relacionar entre si de forma

diferente, a transculturação proporcionou a expansão de costumes e formas de comportamento de tal modo que padrões de países mais ricos e poderosos foram adotados em todo o planeta acompanhando a expansão (ou dominação) econômica. Este cenário – que poderia ser descrito em muitos detalhes tanto positivos, quanto em outros nem tanto – está ainda em andamento quando começa a ocorrer um outro fenômeno cultural com a chamada pós-modernidade ou modernidade tardia. Esta nova dinâmica cultural que está em curso e ainda não atinge a maior parte da sociedade, nem a atinge de forma unânime, traz em seu bojo dinâmicas – em muitos aspectos – diversas e contrárias às do projeto da modernidade. Se a modernidade propõe unificações, expansão de padrões e comportamentos iguais por toda a área atingida pela globalização, a pós-modernidade irá valorizar as identidades individualizadas, a multiplicidade, a pluralidade de formas, valores, comportamentos. Usando como pano de fundo a compreensão moderna, fala-se a que pós-modernidade irá representar a fragmentação; a compreensão de que não há padrões que delimitam fronteiras, dado que estas são porosas; o mundo (de esfera tanto pessoal, como social) não é mais percebido em sua solidez, dado que o mundo é líquido.

Estas dinâmicas culturais geram mudanças que atingem também a questão do ecumenismo. O movimento ecumênico – gestado e desenvolvido no mundo ocidental – é marcado por formas de pensar ligadas ao projeto unificador da modernidade. Basta ler em praticamente todos os textos oficiais sobre o ecumenismo qual é a grande questão que o impulsiona: a busca da unidade entre os cristãos. Este objetivo está influenciado fortemente ao projeto moderno da busca pela unificação. Com a mudança paulatina que as sociedades conhecem na direção da chamada pós-modernidade, o movimento ecumênico também é atingido. O grande impulso inicial dele, movido pela busca e o desejo de unidade entre os cristãos não exerce mais um papel central dentro de um novo contexto cultural. Este novo fenômeno cultural ainda não atinge a sociedade como um todo e nem sabemos se um dia irá atingir, mas é preciso admitir que hoje temos uma sociedade que convive com este novo paradigma e ele se mostra crescente. Se formos pensar as influências dele para a temática do ecumenismo, será necessário refletir sobre novos paradigmas que se tornam importantes para ele. A título de reflexão proposição, apresento aqui quatro movimentos que marcam um deslocamento de paradigma para o ecumenismo, tendo em vista as mudanças trazidas pela pós-modernidade:

1º Da preocupação ecumênica com a unidade institucional à acolhida da pluralidade eclesial

Há um deslocamento vivido em praticamente todos os níveis da sociedade que é a realidade da pluralidade. Vivemos numa sociedade plural: tudo ou quase tudo é plural. A diversidade ou

a multiplicidade de possibilidades é a regra nos setores mais diversos, seja naqueles do comércio, do modo de vida, dos caminhos de formação ou de opções de relacionamento. O pluralismo deixou de ser um fenômeno, para ser em boa parte um *modus vivendi* da sociedade em muitos países. E isto atinge também a realidade cristã das igrejas. Não vou aqui discorrer sobre o pluralismo e suas consequências para a eclesialidade. Mas é fato que vivemos num pluralismo eclesial como situação instalada. Independentemente de nossa posição diante do pluralismo, penso que ele precisa ser acolhido como tal. E a reflexão deve ser feita não contra o pluralismo, nem apesar do pluralismo, mas a partir do pluralismo como realidade que se nos apresenta.

No que diz respeito à questão ecumênica é preciso partir, pois da realidade da pluralidade eclesial. Hoje é um fato que existem muitas Igrejas, como também existem entre elas formas de pensar e de se organizar muito diversas, com históricas e estruturas particulares. E esta realidade da multiplicidade de Igrejas, dentro de um sentimento de sociedade plural não é vista nem sentida como um problema. Pelo contrário: estranho seria se houvesse uma igreja única. A ideia de um ecumenismo institucional precisa ceder lugar a uma compreensão ecumênica que tenha como ponto de partida a realidade da pluralidade eclesial. E esta precisa ser acolhida não necessariamente como empecilho ao ecumenismo (ou quiçá o grande empecilho), mas como uma riqueza no contexto ecumênico. Reconhecer e acolher positivamente a pluralidade eclesial não significa imaginar que não mais vão existir problemas para o diálogo. Mas é um imperativo categórico e penso poder ver nas palavras do próprio Papa Francisco consciência para isto.

Numa entrevista que concedeu à revista *Civiltà Cattolica* (19/09/2013), o Papa Francisco fala da pluralidade como um dom, que é preciso conhecer e reconhecer: “Nas relações ecumênicas isto é importante: não só conhecer-se melhor, mas também reconhecer o que o Espírito semeou nos outros como um dom também para nós.” À esteira desta reflexão do Papa Francisco, se poderá pensar a questão da pluralidade eclesial não como o problema a ser enfrentado pelo ecumenismo, mas o ponto de partida das relações ecumênicas: de fato existem muitas Igrejas cristãs.

Ter como ponto de partida a pluralidade de Igrejas cristãs como uma realidade posta, traz um primeiro desafio que é o de acolher esta situação como parte da realidade da presença cristã no mundo e não como uma realidade problemática ou como uma situação anômala e com isso uma realidade a ser superada. O acolhimento desta situação de pluralidade de Igrejas cristãs não estaria resolvido apenas com um gesto de boa vontade, de respeitosa tolerância das Igrejas entre si. Esta atitude exigiria uma mudança de pensar a eclesiologia não mais no singular, mas sim no plural: eclesiologias. Isto tanto em termos de ideia de diversidade de teologias sobre a Igreja (como objeto de reflexão teológica), como em acolher a pluralidade de tradições, de organizações, de hierarquias, de estruturas eclesiais e sacramentais, por

exemplo. Em outras palavras, exigiria um esforço por parte de cada Igreja por reconhecer que a argumentação teológica que sustenta sua forma de se organizar é apenas uma possibilidade ao lado de outras. Isto pode ser interpretado como relativismo eclesial, mas pode também ser visto como a importância de se pensar sobre a eclesiologia como espelho da teologia da encarnação: Deus se encarnou numa pessoa concreta e particular, numa forma concreta e particular, num tempo determinado, num espaço específico. Cada Igreja é um espelho de uma particularidade. Nenhuma pode se arvorar no direito de resumir ou concentrar em si toda a eclesialidade.

Um segundo desafio para se acolher a multiplicidade de Igrejas como um dado positivo para o ecumenismo seria decorrente do primeiro: o reconhecimento da particularidade de cada Igreja como uma forma de encarnação (concretização) da presença cristã tem como pressuposto que se reconheça a legitimidade cristã de cada Igreja. Cada qual é uma forma concreta e particular de seguimento de Jesus Cristo e por isso, legitimamente, se reconhece como cristã.

Poderíamos colocar outros exemplos de desafios que traria o acolhimento da realidade plural eclesial. Mas creio que os exemplos dados são já suficientes para ilustrar o que significa a mudança de paradigma ecumênico da unidade institucional à aceitação e acolhida da pluralidade eclesial como realidade.

2º Do esforço pela unidade à busca pela convivência

Se a acolhida da pluralidade eclesial for a realidade que serve como ponto de partida para o ecumenismo, há um segundo eixo de deslocamento de paradigma para a questão ecumênica que é priorizar a capacidade de convivência da diversidade cristã. O grande desafio que a realidade da pluralidade coloca ao ser humano em todos os níveis (familiar, de trabalho, de vizinhança, de cidades, de países, de pensamento político, de opções religiosas ou sexuais) é a capacidade de convivência: conseguir organizar a vida em diversidade de tal forma que as diferenças não sejam anuladas, mas que tenham espaço de realização. Penso aqui especialmente na importância de se garantir espaço de vida (e vida digna) aos despossuídos dentro desta grande pluralidade na qual se transforma cada vez mais a humanidade. A manutenção de uma sociedade plural exige a capacidade de respeito a direitos e deveres. A regra de ouro “não faças aos outros o que não queres para ti mesmo”, é mais do que nunca necessária.

Isto significa, em termos eclesiais e ecumênicos, reconhecer o legítimo espaço eclesial não só

da diversidade eclesial, mas também da diversidade dos fieis em sua ligação com o seguimento de Jesus Cristo. Esta legitimidade não apenas não foi reconhecida, como foi motivo de muitas ações infelizes e anti-evangélicas na história da convivência (ou falta dela) entre os cristãos e entre as Igrejas. É necessário reconhecer isto e sinceramente pedir-se e dar-se mutuamente o perdão. Foi o que disse claramente o papa Francisco no encontro com a Federação Luterana Mundial: “Católicos e luteranos podem pedir perdão pelo mal provocado uns aos outros e pelas culpas cometidas perante Deus”. Esta atitude, diz o Papa Francisco, é capaz de fazer o ecumenismo caminhar e um ecumenismo como compromisso espiritual, como prosseguiu na fala com os luteranos: “Vejo com sentido de profundo agradecimento ao Senhor Jesus Cristo os numerosos passos que as relações entre luteranos e católicos deram nas últimas décadas, e não apenas através do diálogo teológico, além da colaboração fraterna em múltiplos âmbitos pastorais e, sobretudo, no compromisso para continuar no ecumenismo espiritual”. A convivência espiritual será o espaço no qual o ecumenismo encontra alimento para seu sustento e crescimento. Esta tem um alimento comum aos cristãos, que nunca poderá ser olvidado: o seguimento de Jesus.

Neste contexto, o deslocamento do ecumenismo de uma centralidade na busca pela unidade para a centralidade na busca pela convivência, há alguns pontos a se destacar: o primeiro deles é justamente aquele que é o coração da convivência, a arte de acolher o diferente e valorizar a diversidade. Isto exigiria no ecumenismo uma reviravolta completa na compreensão do que significa a diversidade de cristã (tanto eclesial, como pessoal): a diversidade eclesial teria que ser vista como uma grande riqueza na tradição cristã. Pessoas de diversos pensamentos, de diversas culturas, de diversas interpretações foram atingidas pela mensagem de Jesus e a acolheram de forma diferente, se organizaram de forma diferente, a encarnaram concretamente de forma diferente. Isto mostra a riqueza de possibilidades desta mensagem: não há uma única forma, não há uma única interpretação, não há um modelo institucional que possa ter a amplitude da mensagem cristã. Esta ultrapassa e sempre ultrapassará as concreções históricas.

Disto decorre um segundo elemento importante para a convivência ecumênica cristã: o reconhecimento de que não há um padrão, uma forma, uma interpretação única de concretização na história do seguimento de Jesus Cristo. Se isto for reconhecido, exige-se em contrapartida que se reconheça a legitimidade cristã alheia. Cada forma concreta seja eclesial, seja pessoal, se pode intitular legitimamente de cristã. E como tal deve ser reconhecida. Este reconhecimento de que todos seguem e anunciam legitimamente Jesus Cristo parte do pressuposto de que não há hegemonia sobre Jesus Cristo, nem por parte de alguma interpretação, nem por parte de alguma instituição. Cada tradição cristã e inclusive cada fiel, representa a seu modo, uma parte da grande riqueza do seguimento, que a todos ultrapassa e por nenhum pode ser totalmente contida. Ou seja, a universalidade de Jesus Cristo não pode ser esgotada por nenhuma expressão particular cristã, mas ao mesmo tempo, toda expressão particular cristã pode participar legitimamente da universalidade de Jesus Cristo. A ligação com Jesus Cristo é que legitima a genuinidade cristã.

Quem lê isto, pode se perguntar: então tudo é tolerável em nome do seguimento de Jesus Cristo? Em nome do paradigma da convivência cristã, não há limites? São questionamentos difíceis de serem respondidos. Mas queria destacar aqui dois aspectos: um é o fato de que não há nenhuma instância ou instituição e muito menos pessoa, que possa se arvorar ao direito de ter o monopólio sobre Jesus Cristo. Ele não é pertença particular de ninguém. Por outro lado, na tradição cristã, a instância de discernimento sobre a legitimidade cristã sempre foi a eclesialidade. Historicamente o cristianismo é uma religião eclesial e não particular. E foi no âmbito das Igrejas que sempre se discutiu o que pode ser considerado legítimo e o que não seria legítimo no seguimento de Jesus Cristo, seja na interpretação de sua mensagem, na forma de vida cristã legítima ou na forma de se organizar este seguimento (a instituição). Assim, se num primeiro momento, a afirmação de que não há instância ou pessoa que tenha a prerrogativa de dizer definitivamente o que é e o que não é cristão pode soar como uma tolerância a qualquer coisa em nome de Jesus Cristo, por outro lado, as diversas tradições cristãs têm longa experiência na discussão desta legitimidade. Mesmo que se possa dizer que esta experiência nem sempre foi dotada necessariamente de benevolência, há que se reconhecer como de grande importância o papel da eclesialidade cristã no discernimento do seguimento. Historicamente coube a ela garantir – em maior ou menor âmbito – a legitimidade do seguimento. Há que se reconhecer, no âmbito do ecumenismo, a riqueza das diversas trajetórias eclesiais na discussão e na compreensão do que pode legitimamente ser considerado cristão.

3º *Da questão confessional à questão do discipulado*

Da discussão do ponto anterior, resulta logicamente um seguinte: O discipulado é a base da identidade cristã e não a pertença a uma confessionalidade. Mesmo que o cristianismo tenha se constituído historicamente sempre eclesialmente, este é um elemento importante na consciência ecumênica: não se é cristão em primeiro lugar por pertencer a alguma comunidade eclesial; o que faz alguém cristão é a permanência no discipulado de Jesus: eu sou a videira, vós sois os ramos! A pertença a alguma confessionalidade é o lugar concreto onde se vive o ser cristão, mas é do seguimento de Jesus Cristo que advém a sua identidade. Inclusive a identidade cristã de cada Igreja: é no seguimento de Jesus Cristo que esta se baseia, legitima e mantém.

O ecumenismo espiritual, do qual fala o Concílio Vaticano II na *Unitatis Redintegratio* e ao qual se referiu o Papa Francisco, é aquele que segue o Espírito de Nosso Senhor Jesus Cristo. O ecumenismo espiritual “constitui, em certo sentido, a alma do nosso caminho para a plena comunhão e nos permite saborear desde agora alguns frutos, embora imperfeitos; na medida em que nos aproximamos com humildade de espírito de Nosso Senhor Jesus Cristo, estamos

certos de que Ele nos tomará pela mão e será o nosso guia” (Papa Francisco, 21/10/2013).

O motor do esforço da relação entre os cristãos é algo que está acima de cada cristão, acima de cada Igreja ou confissão. “E esta é uma bela pergunta: quem é o motor desta unidade da Igreja? É o Espírito Santo que todos nós recebemos no Batismo e também no Sacramento da Crisma. É o Espírito Santo. A nossa unidade não é primeiramente fruto do nosso consenso, ou da democracia dentro da Igreja, ou do nosso esforço de concordar, mas vem Dele que faz a unidade na diversidade, porque o Espírito Santo é harmonia, sempre faz a harmonia na Igreja. É uma unidade harmônica em tanta diversidade de culturas, de línguas e de pensamentos. É o Espírito Santo o motor. Por isto é importante a oração, que é a alma do nosso compromisso de homens e mulheres de comunhão, de unidade. A oração ao Espírito Santo, para que venha e faça a unidade na Igreja” (Papa Francisco, alocução de 25 de setembro de 2013).

O ecumenismo ganha outro aspecto, ao deixar de ser visto como uma consequência de negociação ou entendimento entre as Igrejas e passar a ser visto como exigência do discipulado, do “e nisto vos conhecerão, se vos amardes uns aos outros”. E isto não pode ser vivido de vez em quando, num ou noutro encontro ecumênico programado por comunidades eclesiais. Este espírito precisa ser a base do ecumenismo: a força que vem do discipulado; discipulado este que alimenta tanto as eclesialidades particulares, quanto cada fiel cristão.

4º Do ecumenismo como organização ao ecumenismo do cotidiano

Um quarto pensamento como mudança de paradigma aqui apresentado para a questão é ecumênica é a proposta de um deslocamento do lugar ecumênico: o ecumenismo não pode ser pensado apenas como consequência de uma organização ou fenômeno que aparece nalguns momentos eclesiais. O ecumenismo precisa deixar de ser um acontecimento organizacional para tornar-se um modo de viver cotidianamente a fé. Com isto não se quer negar a importância dos encontros e organizações ecumênicos. Mas se o ecumenismo permanecer dependente destes, ele será sempre uma exceção no modo de viver cristão e não algo incorporado ao modo cristão de ser.

Trata-se aqui não tanto numa mudança de compreensão teológica ou eclesiológica, mas do esforço por mudar o sentimento de boa parte dos cristãos em relação aos cristãos de outros grupos eclesiais. É uma realidade que a socialização religiosa que ocorre – pelo menos na realidade brasileira – é negativa frente ao cristão (ou à Igreja) de outra tradição. Na tradição católica, pelo menos em boa parte, se cresce ouvindo uma linguagem hostil frente à outridade

cristã: é um problema se alguém da família muda de Igreja, é um problema se alguém da família se casa com uma pessoa de outra Igreja, tem-se uma linguagem negativa frente a cristãos de outras Igrejas, a conversa com uma liderança de outra Igreja (um pastor, por exemplo) causa um certo desconforto quando não desconfiança, etc. Estes e muitos outros elementos da socialização religiosa faz com que se cresça com uma atitude defensiva frente a tudo o que diz respeito a cristãos ou Igrejas outras. Como se trata de um sentimento que se forma com o próprio crescimento, ele acaba sendo naturalizado, ou seja, percebido como algo natural ou comum assim se pensar e se sentir. Isto é como um grande rio – para se usar uma metáfora – que vai irrigando sentimentos e comportamentos e que vão sendo passados adiante de geração em geração. Esta naturalização do sentimento negativo frente ao cristão outro, faz com que o engajamento ecumênico tenha um quê de “algo fora do normal”.

Ao dizermos aqui da necessidade de mudança de um ecumenismo como organização para um ecumenismo do cotidiano, estamos mirando esta realidade acima descrita. E para continuar na metáfora do rio, como alimentar um rio que corra em outra direção: que veja como natural uma relação boa e cooperativa e positiva entre cristãos de Igrejas diversas? Esta é sem dúvida uma tarefa ou um sonho ecumênico, o de fazer com que aos poucos um outro sentimento possa se tornar realidade na socialização religiosa: ver e sentir o outro de forma positiva. Se isto ocorrer, haveria um sentimento ecumênico como consequência e o ecumenismo não seria mais restrito a atos (inclusive de exceção), mas seria naturalizado.

[1] Cf. J. Bosch Navarro, Para compreender o Ecumenismo, p. 10; Z. M. Dias e F. Teixeira, Ecumenismo e diálogo interreligioso, p. 24.

[2] Z. M. Dias e F. Teixeira, Ecumenismo e diálogo interreligioso, p. 24.

[3] Cf. J. Hortal, E haverá um só rebanho, p. 15.

[4] Cf. J. Bosch Navarro, Para compreender o Ecumenismo, p. 10.

[5] J. Hortal, E haverá um só rebanho, p. 16.

[6] J. Bosch Navarro, Para compreender o Ecumenismo, p. 10.

[7] Aqui citado por J. Bosch Navarro, Para compreender o Ecumenismo, p. 11.

[8] J. Bosch Navarro, Para compreender o Ecumenismo, p. 11.

[9] J. Bosch Navarro, Para compreender o Ecumenismo, p. 17.

[10] J. Bosch Navarro, Para compreender o Ecumenismo, p. 17-23.

[11] Wolff, E., Caminhos do Ecumenismo no Brasil, p. 227.

[12] CNBB, apud Wolff, E., Caminhos do Ecumenismo no Brasil, p. 227.

[13] CMI, apud Vercruysse, J., Introdução à Teologia Ecumênica, p. 93.